

OS REINOS ERAM REINOS? REPRESENTAÇÕES E CONTROVÉRSIAS SOBRE AS UNIDADES CENTRALIZADAS DO CONTINENTE AFRICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS.

SORAIA DE CRISTO SANTOS.¹

INTRODUÇÃO

Mesmo após a promulgação da lei 10.639/03, a representação do continente africano nos livros didáticos vem se efetivando através de divulgação da História da África de forma imprecisa e descontextualizada, impossibilitando assim tanto a implantação de uma pedagogia voltada para uma política de reparação, reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afrobrasileira como a desconstrução das idéias preconceituosas sobre o continente.

Entre as diversas imprecisões ainda empreendidas sobre a história do continente, podemos ressaltar, por exemplo, o emprego inadequado do conceito de reino quando o tema abordado é sobre as formações políticas africanas. O que caracteriza os reinos Gana, Mali, Songhay e Congo, como tal denominação? Apresentavam algumas semelhanças aos reinos europeus ou possuíam suas próprias configurações? Nesse último caso, qual termo adequado seria correto empregar? Percebe-se que não há por parte de alguns autores dos livros didáticos uma preocupação em realizar uma reflexão crítica sobre a questão, persistindo na disseminação de esteriótipos que delegam ao continente a incapacidade de organizar formações políticas complexas ou de que eram a históricas (OLIVA, 2006:101).

Trata-se de representações, fundamentado na construção de idéias e práticas que justificaram a existência do continente a partir das conveniências européias, pois como afirma Chartier,

as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. (CHARTIER, 1990:17).

* Discente do curso de Pós Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, campus II (Alagoinhas).

Assim, esse artigo também analisará de que forma a divulgação das representações dos reinos africanos de forma inadequada presentes nos livros didáticos, contribuem para que a memória e a identidade dos estudantes tenham como alicerce o esquecimento ou adoção de valores que não correspondem a sua realidade.

HISTÓRIA DOS REINOS AFRICANOS: ENTRE CONCEITOS E A REALIDADE

Ao realizarmos uma narrativa historiográfica devemos estar atento com o emprego dos conceitos atribuídos ao conteúdo a ser analisado. Isso por que estes são formulações generalizantes, ou seja, eles carregam consigo elementos comuns a vários fatos, mas que, no entanto deixa subtendida as especificidades relacionadas a realidade que se pretende descrever. Isso ocorre porque,

Do ponto de vista filosófico, todo conceito possui duas dimensões a serem consideradas: a “extensão” e a “compreensão” (às vezes também chamada de “conteúdo”). Chama-se “extensão” de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência a vários fenômenos e objetos; e chama-se “compreensão” de um conceito ao esclarecimento das características que o constituem. À medida que um conceito adquire maior “extensão”, perde em “compreensão”. (BARROS, 2011:34).

Nesse caso podemos perceber que ao estender o conceito de reino às experiências políticas semelhantes, ocorridas em espaços e com sujeitos históricos diversos sem atentar para suas singularidades, estamos perdendo a compreensão real do que seria reino para o continente africano. No dicionário Aurélio, o significado de reino está relacionado ao Estado que tem por chefe um rei. Mas será que essa característica seja suficiente para podermos afirmar que na África existia essa organização política? Uma vez tendo, será que o rei dos reinos de Gana, Mali, Congo e Songhay possuíam a mesma função que os dirigentes dos reinos europeus?

Ao pensarmos assim, estaremos em comunhão ao que o autor alemão Kosseleck sugere ao interpretarmos o conceito a partir de um único aspecto, ou seja,

A história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas.[...] mostra-nos que da mesma palavra um novo conceito foi forjado, e que portanto ele é único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova

formulação conceitual, como também poderá se tornar através dela inteligível.
(Koselleck, 1992.:7)

Não se trata de negar a existência de reinos no continente africano, mas a partir de aspectos peculiares a cultura, ao local, as necessidades dos que ali residiam dar-lhe um novo conceito. Esses esclarecimentos são imprescindíveis numa sala de aula, pois possibilita aos educandos perceberem que a história é construída dentro da realidade de cada sociedade, através de períodos e recursos específicos e que tais diferenças não nos permitem classificar um local, um povo e sua cultura em melhor posição em relação ao outro.

Gana, por exemplo, teve seu reino formado a partir do século IV pelos povos *soninkes*. O poder do rei era instituído devido este ser representante maior dos costumes ancestrais e o protetor dos ritos dedicados às entidades de culto. A isso somava-se o reconhecimento da autoridade pessoal, o poder militar e as relações de parentesco com os governantes da área sob a sua influência. (MACEDO, 2013:52). A extensão desse poder às comunidades sob seu domínio ocorria também devido ao pagamento de tributos pela circulação de produtos, monopólio sobre a produção de ouro e seu exército era formado por povos subjugados e aliados, restando aos conselhos de anciãos ou chefes tradicionais a organização das regras pertinentes as localidades. Na política a sucessão era matrilinear, o futuro rei sempre era o jovem pertencente a linhagem da mãe. Temos então um reino que consolidou suas bases no poder sobre os homens e não sobre a terra, uma vez que os primeiros lhe serviam como garantia de pagamento de tributo e fornecimento de contingente para lhes servirem de soldados. Se compararmos aos reinos feudais, embora houvesse semelhança em relação as cobrança de tributos, divergia em diversos pontos como a questão que tanto a terra quanto os homens tornavam-se propriedades do senhor feudal, além disso, a servidão, fez com que os trabalhadores permanecessem sempre “fiéis” aos seus suseranos uma vez que não tinham possibilidade de escolher onde e nem como viver pois, as regras do sistema feudal se estendia a todos os reinos da região contemplada. Trocar de território não significava melhorias de trabalho, nem garantia de qualidade de vida.

Quando nos referimos ao Mali, o título mais recorrente é o de império. Isso por que durante sua existência, entre séculos XIII e XV, seu projeto de ampliação territorial totalizou doze províncias, sendo as mais importantes: o Reino de Gana e Nema, Takrur, Bambuk, Dia, Gao ou Songhai, Sanagana e Godala. Essa hegemonia devia-se a fatores militares, pois controlava um poderoso

exército de arqueiro, lanceiros e cavaleiros, econômico uma vez que as áreas anexadas eram fornecedoras de ouro, proporcionando uma posição de destaque na circulação das caravanas transaarianas. (MACEDO,2013,p. 56) e também político, delegando funções a representantes nas áreas incorporadas conhecido como *farba*, jurisconsultores os *cadi (homens da lei)*. Temos a partir daí uma política expansionista, mas configuradas a partir da experiência africana. Essas províncias eram divididas em duas e possuíam funções diferentes:

[aquelas que se tinham unido, desde o início, aos aliados, cujos reis conservaram os títulos – caso de Gana (Kumbi- Sāleh) e de Nema –, e as províncias conquistadas. Nessas últimas, ao lado do chefe tradicional, um governador ou farin representava o mansa. Sundiata Keita respeitou as instituições tradicionais das províncias que conquistou; o caráter flexível de sua administração fazia com que o império se assemelhasse mais a uma federação de reinos ou províncias do que a uma organização unitária. Por outro lado, a existência de guarnições mandenka nas principais regiões garantia a segurança, ao mesmo tempo que servia como força de dissuasão. (NIANE,2010:153)

Esse vasto império era, em última análise, uma espécie de confederação, na qual cada província conservava ampla autonomia. Como ainda ressalta Niane,

No Manden, a aldeia ou dugu constituía a base do edifício político. Normalmente, uma aldeia compunha-se de descendentes do mesmo patriarca. Várias aldeias, submetidas ao mesmo chefe, formavam uma província ou kafu (jamana). No princípio, o rei do Manden era um chefe entre outros; foi a união das províncias de Do, Kiri e Bako que fez do chefe keita um rei poderoso. Graças às conquistas de Sundiata Keita e seus sucessores, ele tornou-se mansa (imperador), tendo autoridade sobre vários reis. Os descendentes dos generais de Sundiata Keita constituíram a aristocracia militar; junto ao mansa, formaram um conselho cuja opinião pesava nas decisões do soberano.(NIANE, 2010:178)

Nas proximidades da curva do rio Níger, teve início o Império Songhay que a partir da dinastia dos Sunni (guerreiros) foi aos poucos anexando territórios e aprimorando a administração. No governo do Sunni Ali Ber, por exemplo, a política de pilhagem cedeu espaço para a conquista territorial, resultando na tomada das principais cidades comerciais de Djenné e Tomboctu. Em 1442, tem início o governo de Sunni Ali que ao dar prosseguimento a política expansionista, já dirigia um império que estendia-se da região de Dendi até a de Medina. Aqui a administração contava com nove províncias, chefiada por um *fari* mandem e um *koi* songhay sendo que cada cidade estava subordinada a um Sunni, assim o Estado patriarcal e consuetudinário de Gao é substituído pelo Estado centralizado, estendendo seu poder a toda região do Níger. Com a morte de Sunni Ali, após uma tomada de poder por parte de Muhammad Sylla, este com o título de Askya instalou-se a dinastia muçulmana, ou seja, um modelo moderno de monarquia diferente do Mali e de Gana, devido seu funcionamento ser resultante da combinação da tradição dos antigos sudaneses e songhay, juntamente com a tradição e prosperidade islâmica. Como explica Cissoko,

A monarquia de Gao sob os askiya, herdeira de longa tradição de governo, fundava-se nos valores islâmicos e consuetudinários. Segundo os antigos costumes sudaneses e songhai, o toï (rei) era o pai do povo, dotado de poderes semissagrados, fonte de fecundidade e prosperidade. Quem dele se aproximasse, tinha de se prostrar em sinal de veneração. Já a tradição islâmica estipulava que o monarca de Gao, muçulmano desde o século XI, devia governar segundo os preceitos do Corão. Estas duas tradições combinavam-se; dependendo da personalidade do soberano, predominava uma ou outra. O Askiya Muhammad I e o askiya Dāwūd apoiaram-se no Islã; Sunnī 'Alī e a maioria dos outros askiya foram mais songhai do que muçulmanos. (CISSOKO,2010:218).

A eficiência do império songhay encontrava-se na organização de sua administração. Na central, destacavam-se os ministros responsáveis pelas finanças e agricultura, todos sob a direção dos *Hi Koy*, espécie de ministro do Interior que assessorava os governantes das províncias. A administração provincial tratava de assuntos referentes as províncias conquistadas e também as secundárias. Por fim a indireta que resumiu as províncias em duas conhecidas como Kurmina e Dendi, os chefes do território, embora escolhido segundo os costumes locais, obtinham o reconhecimento do askiya, portanto que seus soberanos pagassem tributos periódicos, enviassem guerreiros caso houvesse necessidade e mantivesse boas relações com Gao por meio de visitas, presentes e casamentos.

Enfim, discutir conceitos de clã, reino e império no contexto africano significa está atento aos motivos e formatos que estes assumiram por se tratar tanto de um continente onde coexistem sujeitos históricos diversos com suas formas específicas e complexas de organização. Quanto a essas denominações, Djibril Niane ressalta que na África,

O clã ou linhagem é a forma rudimentar do Estado; seus membros reconhecem um ancestral comum e vivem sob a autoridade de um chefe eleito ou de um patriarca, cuja função essencial é zelar por uma divisão equitativa dos ganhos do grupo; é pai provedor e pai justiceiro. O clã vive num território de limites precisos ou possui uma área de reserva no caso de seus membros praticarem a pecuária itinerante. (...). O reino congrega vários clãs, sendo o rei, frequentemente, um chefe de clã que impôs sua autoridade a outros clãs; e o caso do clã Keita, fundador do Império do Mali (século XIII). O rei dispõe de um conselho cujos membros vivem de seus benefícios, ocupando o reino território bastante extenso; no entanto cada clã conserva sua estrutura fundiária e seus ritos particulares. Fato importante é o compromisso de fidelidade ao rei, que se traduz pelo pagamento de um imposto, frequentemente em gênero. Chefe político, o rei mantém, normalmente, os atributos religiosos do chefe de clã; sua pessoa é sagrada. Esse caráter sagrado manifesta-se nitidamente no caso do rei do Congo, do soberano do Monomotapa e do imperador do Mali, cujos súditos juravam por seu nome. (...). Os soberanos que chamamos "imperadores" controlam, em princípio, senão um vasto território, ao menos reis, que gozam de grande autonomia. (...). O imperador, ou mansa, do Mali tinha sob sua

autoridade doze províncias, das quais duas eram reinos. Seja rei ou imperador, o soberano está sempre rodeado de um conselho; este, em geral, exerce influência moderadora sobre o poder real. (NIANE, 2010; 40)

HISTÓRIA DOS REINOS AFRICANOS E SUAS REPRESENTAÇÕES NO LIVRO DIDÁTICO.

O livro didático a ser analisado faz parte da coleção escolhida pela rede estadual de ensino do município de Ouriçangas, material divulgado pela FTD e elaborado pelos autores Adriana Machado Dias, Marco Cesar Pellegrini e Keila Grimberg. A análise do capítulo restringiu-se apenas ao volume I da coleção, pois os conteúdos relacionados aos Reinos Africanos se limitam à proposta curricular do primeiro ano do Ensino Médio.

Os autores dedicaram um capítulo para abordar os reinos e impérios da África como sugere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais. Nesse documento ressalta ser imprescindível referir-se “aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe” (BRASIL, 2004:13). No entanto, o presente artigo restringirá a análise ao reino de Gana e os impérios do Mali e Songhay por se tratar de um projeto em fase de construção sobre a aplicação da lei 10.639/2003 no município de Ouriçangas-Ba.

Nesse capítulo, os reinos analisados vêm inicialmente identificados no mapa e através de linha do tempo que informa a seqüência da existência dos reinos, inclusive destacando em quais momentos tais períodos históricos ocorreram de forma isolada ou simultaneamente. Logo pela cronologia apresentada, o aluno pode perceber que o reino de Gana foi importante para o surgimento Império Mali e este por sua vez foi responsável pela formação do Império Songhay. Um professor atento a essas questões poderá abordar tais assuntos mostrando quando, como e por que tais sociedades foram importantes umas em relação as outras.

As informações disponibilizadas sobre o reino de Gana, embora não estejam incorretas, mostram-se incompletas para um aluno que carrega consigo imagens estereotipadas sobre o continente. Falar que “...com a união de várias cidades e vilarejos,

formou-se o Reino de Gana” (DIAS, GRINBERG E PELLEGRINI,2010:261) não significa entender que Reinos para o continente africano significa a congregação de vários clãs, ou seja, membros de um grupo que possuem um antepassado em comum e que dentre vários existentes naquela região um dos patriarcas dessas famílias torna-se rei. Isso significa dizer o quanto é necessário também citar a linhagem do reino, uma vez que é por esse aspecto que eles se identificam como iguais, no caso de Gana, os soninques. Qual a capital desse reino? Por que assim ela se destaca em relação às outras cidades? São questionamentos que uma vez respondidos adequadamente possibilitará que o aluno reconheça as diferenças.

Quanto ao Império Mali, também pouco se tem a observar devido as poucas informações sobre a organização política, nota-se que apenas a falta de acréscimo na explicação quanto a formação do império após a conquista do reino de Gana. A organização sociopolítica permaneceu a mesma? E por que não falar da existência das províncias aliadas e conquistadas, uma vez que essa divisão foi responsável pela configuração do império?

Ao império Songhay foi reservado apenas um pequeno trecho, onde responsabiliza esses povos vizinhos serem responsáveis pela conquista do Império Mali. Diz que “esse povo (songhay) formou um poderoso e organizado império.” (DIAS, GRINBERG E PELLEGRINI,2010:263), tal afirmação não esclarece o que o tornou poderoso, nem tão pouco como era organizado.

Enfim, são denominações resumidas, desprovidas de uma justificativa contextualizada e que não conduz o aluno a reflexão sobre o fato representado. Percebe-se a preocupação em destacar apenas aspectos econômicos como, por exemplo, a citação das principais cidades comerciais e os produtos responsáveis pelo enriquecimento dos reinos e impérios.

A efetivação da lei 10.639/03 e das diretrizes elaboradas tornará eficaz a medida que as informações sobre o continente africano no livro didático estiverem disponibilizadas desprovidas de imprecisões, tratada com o devido respeito quanto a sua representação nos livros didáticos.

CONCLUSÃO

Representar a história dos reinos africanos nos livros didáticos a partir da sua realidade e complexidade significa superar o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie denomina de o perigo da história única. Trata-se mais precisamente de enfrentar o que essa única versão dos fatos a muito tempo tem nos causado: segregação, indiferença, desigualdade, guerras, mortes, crise de identidade.

Como a própria autora nos relembra essas “histórias” tanto podem destruir a dignidade de um povo, como podem ser reparadas. Daí nos questionamos, como? Através da revisão das teorias que retrata a História da África apenas a partir do período pós-colonial. Nenhum povo

é ahistórico e toda cultura possui seu valor, uma vez que nasce das suas necessidades e dentro das suas condições. Isso é ser digno consigo mesmo e com o outro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE. Chimamanda Ngozi. *O perigo da História Única*. Disponível em <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br> Acesso em: 10 Maio.2013.

BARROS. José D'Assunção. Sobre o Uso de Conceitos nas Ciências Humanas e Sociais – uma contribuição ao ensino de Metodologia. *Revista Periódica de Iniciação Científica*,

Tecnológica e Artística. São Paulo, v.2, Ago.2011. Disponível em <ww1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao>. Acesso em: 11 jun.2014.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: junho, 2005.

CISSOKO. Sékéne Mody. *História Geral da África : África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010, vol. IV

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

KOSELLECK. Reinhart. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

NIANE. D. T. *História Geral da África : África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010, vol. IV

OLIVA, A. R. A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectivas. BRASIL, Ministério da Educação; CEAD. *Educação africanidades Brasil*. Brasília: Mec/CEAD/UnB, 2006.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. *Coleção Novo Olhar História*, São Paulo, FTD, 2010, Vol.1.